

REFORMAS

O Plenário do Senado pode aprovar nesta segunda-feira, em primeiro turno, a proposta paralela da Previdência. A votação em segundo turno, junto com a da tributária, pode ocorrer quinta-feira

Senado vota tributária e PEC paralela ainda esta semana



Márcia Kollme

O líder do governo, Aloizio Mercadante, informou que o Senado deve encerrar na próxima quinta-feira, em segundo turno, a votação da reforma tributária e da PEC paralela da Previdência. Esta última atenua os efeitos da reforma previdenciária, aprovada na quinta-feira pelo Plenário. Ainda esta semana, em datas a serem marcadas, o Senado votará o projeto que permite a dedução do Imposto de Renda de todos os gastos com educação, o projeto com normas de proteção da Mata Atlântica e a MP com mudanças na Cofins. A votação em primeiro turno da PEC paralela da Previdência deve ocorrer nesta segunda-feira (dia 15). Mercadante também anunciou que o senador Tasso Jereissati apresentará proposta contendo a regra geral e o cronograma de redução da CPMF.

Páginas 4 e 5

MUDANÇAS O ministro Palocci reuniu-se na sexta-feira à noite com Mercadante e Jucá para debater a reforma tributária

Jucá prevê rápida promulgação de emenda

Câmara aprova projeto de renda básica

O projeto de lei que institui a Renda Básica de Cidadania foi aprovado pelos deputados. De autoria do senador Eduardo Suplicy, a proposta só depende da sanção presidencial para tornar-se lei.

Página 7

Para relator, Orçamento aceita mínimo de R\$ 280

Página 3



José Cruz

DISCUSSÕES Senador Gilberto Mestrinho preside reunião da Comissão Mista de Orçamento



CONGRESSO
NACIONAL
180 ANOS

César Borges: mais verba para saneamento

Página 6

Um instrumento em defesa do consumidor

Os consumidores possuem um importante instrumento de proteção dos seus direitos. É o Código de Defesa do Consumidor (CDC), em vigor desde 1990. Esse é o tema do Especial Cidadania de hoje.

Página 8



CRÉDITO Para Serys, governo deve apostar no cooperativismo para ajudar a população

Serys elogia projeto de cooperativas

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comemorou em Plenário a aprovação do substitutivo da Câmara ao projeto de lei do senador Gerson Camata (sem partido-ES) que disciplina o sistema nacional de crédito cooperativo.

Na opinião da senadora, o cooperativismo de crédito pode ser a alternativa para o resgate da cidadania do pequeno produtor rural e do trabalhador urbano de baixa renda.

– Se apostarmos na seriedade do trabalho cooperativo, onde o coletivo implementa as ações e nas quais há divisão de lucros, encontraremos saídas que poderão revolucionar a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros – opinou.

A senadora voltou a comentar o conflito na região do Araguaia, que envolve índios xavantes, posseiros e fazendeiros. Para Serys, a situação da região é extremamente complicada. Ela registrou ameaças de morte feitas ao bispo de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga, e elogiou a atuação do religioso, que considera “um patrimônio histórico vivo do mundo”.

Valadares critica ação dos planos de saúde

■ Segundo o senador, reajustes dos planos de saúde podem anular benefícios do Estatuto do Idoso

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) denunciou na sexta-feira arbitrariedades planejadas pelos planos de saúde contra os idosos.

Como o Estatuto do Idoso entra em vigor em janeiro de 2004, informou, as operadoras pressionaram a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para aumentar o número de faixas etárias, das atuais sete para dez, criando condi-



VIGILÂNCIA Valadares acredita que o Congresso deve fiscalizar operadoras de planos de saúde

ções para o reajuste das mensalidades a cada cinco anos e não mais a cada dez, como atu-

almente.

– Esse movimento pode anular os benefícios do Estatuto do Idoso. Na prática, a última faixa etária custará seis vezes o valor da primeira – observou.

Segundo Valadares, o Congresso deve fiscalizar os planos de saúde, cujos aumentos abusivos prejudicam a população. Não por acaso, disse ele, os planos de saúde são a segunda maior fonte de reclamações junto aos serviços de proteção ao consumidor.

A proliferação dos planos de saúde, segundo o senador, é consequência do retrocesso da medicina pública, que sofre enormes dificuldades de acesso e atendimento.



PARCERIA Convênio assinado por Tuma permite transmissão de debates por teleconferência

Interlegis e Confea assinam acordo

O 1º secretário do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), assinou na sexta-feira um acordo de cooperação técnica entre o Interlegis e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

O objetivo da iniciativa é a transmissão, pelo Programa Interlegis, de teleconferências sobre o Estatuto da Cidade, acessibilidade a prédios públicos por pessoas portadoras de deficiências e outros temas de interesse da sociedade em geral e dos profissionais da área de tecnologia.

De acordo com Tuma, os entendimentos entre Confea e Interlegis começaram por iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, que reconheceu a importância do intercâmbio para propiciar informações necessárias tanto a engenheiros quanto a assembleias legislativas e câmaras de vereadores de todo o país.

A assinatura do acordo foi um dos eventos da 60ª Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, uma homenagem a profissionais que prestaram serviços importantes à sociedade e ao Confea.

Agenda



Senadores votam PEC paralela

O Plenário realiza nesta segunda-feira, às 14h30, a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da chamada PEC paralela (PEC 77/03), que modifica a reforma da Previdência, aprovada na última quinta. O texto altera pontos como a paridade de reajuste entre servidores ativos e inativos, os subgrupos salariais dos ativos e inativos e as regras de transição.

Comissão de Controle das Atividades de Inteligência

A Comissão de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) reúne-se hoje, às 18h. A comissão,

presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi criada para exercer controle externo dos

órgãos de inteligência do governo, como a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Orçamento de 2004

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute, às 14h30, relatórios setoriais à lei orçamentária de 2004. Serão votados ainda projetos de crédito suplementares, avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) e requerimentos dos parlamentares.

Duo Brasilis na TV Senado

O programa *Conversa de Músico* desta semana, exibido pela TV Senado às 19h, traz o *Duo Brasilis*, composto pelo flautista Davson de Souza e pela pianista Ana Cláudia Giroto. Eles apresentam um repertório de música erudita contemporânea.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Polícia do Senado e Ibama realizam curso

Foi encerrado na sexta-feira o I Curso de Ações Especializadas, realizado pela Polícia do Senado Federal em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Com duração de seis semanas, ele ofereceu aos servidores dos dois órgãos treinamento básico em técnicas de atuação e compreensão da natureza do crime nos dias atuais. A primeira turma formou 15 alunos.

Arthur Virgílio cobra apuração do assassinato de Celso Daniel

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu uma investigação a fundo do caso do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, ocorrido em 2002. O senador afirmou estranhar a falta de empenho do Partido dos Trabalhadores na apuração e sugeriu a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para atuar no caso.

Virgílio cobrou ainda do presidente Lula a solução dos problemas do país, agora que, segundo ele, o governo conseguiu os dois instrumentos que pediu ao Congresso – as reformas da Previdência e tributária.

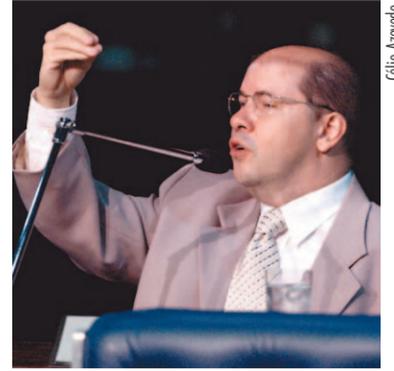


Célio Azevedo

Demostenes critica promoção concedida a subtenente

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) criticou a decisão do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de, ao conceder a anistia, promover o subtenente Apolônio de Carvalho ao posto de general. O senador solidarizou-se com, José Viegas, ministro da Defesa, que afirmou ser contrário à promoção, por não respeitar regulamentos do Exército.

Demostenes também condenou o governo por não entregar arquivos sobre a guerrilha no Araguaia, apesar de decisão judicial nesse sentido. A medida, disse, serviria para reconhecer oficialmente a morte de guerrilheiros.



Célio Azevedo

Orçamento tem espaço para salário mínimo de R\$ 280, garante relator

Estudo revela que déficit da Previdência Social este ano será inferior ao previsto pelo Executivo

As discussões sobre o reajuste do salário mínimo ganharam mais um reforço na sexta-feira. Estudo técnico com a reavaliação das despesas previdenciárias mostra que o governo poderá adotar um salário mínimo de R\$ 280, em vez de R\$ 259, embutidos no projeto orçamentário enviado pelo Executivo. Proposta nesse sentido foi encaminhada pelo relator setorial da Área Temática 8 – Previdência e Assistência Social e Trabalho, deputado Roberto Balestra (PP-GO), ao relator-geral do Orçamento da União, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que prometeu estudar o assunto.

Na reavaliação dos gastos previdenciários, o relator setorial confirmou as informações iniciais de que o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) estava superestimado. Os técnicos que assessoram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) encontraram uma diferença de R\$ 2,2 bi-



AVALIAÇÃO Sob a presidência de Gilberto Mestrinho (D), CMO analisa relatórios setoriais do orçamento

lhões, o que permite, segundo Balestra, aplicar um aumento real do salário mínimo de 8,75% em 2004.

O mesmo estudo revela que o déficit da Previdência para este ano será inferior ao previsto. O pagamento de benefícios estava orçado em R\$ 107,7 bilhões enquanto a arrecadação previdenciária chegaria a R\$ 79,1 bilhões, com uma diferença de R\$ 28,6 bilhões. Segundo Balestra, os recursos arrecadados até novembro deste ano

atingem R\$ 68,4 bilhões e os benefícios pagos R\$ 89,6 bilhões, registrando, portanto, um déficit de R\$ 21,2 bilhões.

Pulverização

A comissão aprovou sexta-feira o quinto relatório setorial, sobre a Área Temática 10 – Planejamento e Desenvolvimento Urbano, ressaltados os destaques. Durante os debates, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) e o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) criticaram duramente a pulveri-

zação de recursos no orçamento. Sérgio Guerra considerou “inconseqüente” por parte do Congresso “aprovar verbas de R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões, para obras de R\$ 50 milhões”.

– Temos que assumir responsabilidade pelo que aprovamos para que o Executivo cumpra a lei – ressaltou.

Até às 20h30 de sexta-feira, a comissão continuava votando os pareceres sobre destaques e os relatórios setoriais.

Acréscimo de R\$ 12 bilhões na receita será votado

A votação do relatório do Comitê de Receita foi adiada para esta segunda-feira, depois que um acordo entre as bancadas representadas na Comissão Mista de Orçamento permitiu a interrupção dos trabalhos no sábado.

O relator-geral do orçamento, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), garantiu que não irá alterar o parecer do Comitê de Receita, já lido pelo relator, deputado Sérgio Miranda (PCdoB-

MG), com o acréscimo de R\$ 12 bilhões na arrecadação federal orçada para 2004, mesmo depois de saber que o PFL cobrará provisão de recursos para o Fundo de Desenvolvimento Regional.

O vice-presidente da comissão, deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), chamou a atenção para o fato de que só estão orçados R\$ 350 milhões para o fundo e que será necessário muito mais se a Câmara dos

Deputados aprovar os dispositivos incluídos pelos senadores no texto da reforma tributária, votada nesta quinta-feira pelo Senado.

– Não há como votar o relatório do Comitê de Receita sem fazer essa revisão – afirmou.

O acordo fechado com os governadores estima um valor de R\$ 2,2 bilhões, que seriam repassados tão logo o texto passe pelo crivo dos deputados, já que o Fundo de Desenvolvi-

mento Regional é uma aplicação direta, sem necessidade de previsão no ano anterior.

– Não vou orçar algo que só será examinado no ano que vem – disse Bittar, admitindo que isso será um problema para o Executivo resolver na execução orçamentária de 2004.

O parecer sobre o Plano Plurianual deve ser entregue pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ) no início desta semana.



ESCASSEZ Relatório de Hélio Costa aponta dificuldades para atender pedidos do TSE

Falta de verbas pode ameaçar as eleições

A escassez de recursos do Orçamento de 2004 ficou mais clara durante os debates sobre o relatório do senador Hélio Costa (PMDB-MG) referente à área temática I, que trata dos Poderes do Estado e Representação, aprovado na sexta-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), ressaltados os destaques. O orçamento não tem dinheiro, por exemplo, para atender as eleições municipais do próximo ano.

A Justiça Eleitoral obteve um orçamento enxuto na proposta elaborada pelo Executivo, com investimentos de R\$ 151,74 milhões. Só que a necessidade é quase seis vezes esse valor, num montante estimado de R\$ 845,25 milhões.

O cálculo contido no relatório das eleições de 2002 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é de um custo médio de R\$ 7 por eleitor. O TSE está trabalhando com um crescimento de 5% sobre a massa de eleitores deste ano, projetando um universo de 120,75 milhões de pessoas.

O TSE tentou recompor suas verbas mediante emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Mas Hélio Costa explicou a dificuldade em atender esses pedidos, por ter apenas R\$ 89 milhões para toda a área temática.

REFORMAS Na sessão deliberativa extraordinária deste sábado, será realizada a quarta discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que complementa a reforma da Previdência, aprovada quinta-feira

PEC paralela pode ser votada nesta segunda

Os senadores devem votar nesta segunda-feira, em primeiro turno, a proposta paralela, que atenua efeitos da reforma da Previdência, já aprovada pela Casa. A votação em segundo e último turno está prevista para quinta. Na sessão deliberativa extraordinária convocada para este sábado, às 10h, haverá a quarta discussão da proposta em Plenário. A terceira discussão ocorreu sexta-feira. A emenda volta a conceder paridade aos servidores, quando se aposentarem, desde que tenham completado 20 anos de serviço

público, sendo dez anos na carreira e cinco no mesmo cargo. Permite alíquotas menores de contribuição ao INSS para trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa, estabelece prazo menor de carência para os benefícios e autoriza a adoção de requisitos e critérios especiais para aposentadoria de portadores de deficiência. A proposta concede ainda prazo de 60 dias para que governadores enviem às assembleias legislativas projetos elevando seus salários, caso estes sejam baixos

(o máximo será o vencimento de desembargador). Também dobra os valores dos limites de isenção para efeito da cobrança de 11% de aposentados e pensionistas, desde que tenham doenças incapacitantes; prevê controle social na gestão da Previdência; e estabelece transição para quem começou a trabalhar muito cedo. Para ser aprovada, a proposta de emenda constitucional precisa de três quintos dos votos dos senadores, em cada turno.

OSMAR DIAS

Mudança não combate os privilégios

Na terceira sessão de discussão da matéria, o senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou que seu partido vai votar a favor, mas "insatisfeito". Ele reconheceu que essa proposta é melhor do que a anterior, aprovada na quinta-feira pelo Plenário, mas, a partir de notícias veiculadas na imprensa, questionou o impacto da reforma sobre as contas da Previdência.

– Se a reforma que estamos fazendo não resolve o problema do déficit da Previdência e não traz benefícios para a sociedade brasileira, quais os gran-



Célio Azevedo

des benefícios que trará para o país? Não consigo obter resposta nem daqueles que defendem a aprovação da PEC – disse.

Osmar acrescentou que uma mudança previdenciária teria de combater, em primeiro lugar, os privilégios, o que, a seu ver, não foi feito na atual reforma. Na avaliação do senador, “daqui a algum tempo, o Congresso será convocado a reformar a Previdência do setor privado, pois o rombo que está lá já começa a ser um problema”.

PEDRO SIMON

Proteção a 40 milhões de excluídos

A inclusão dos trabalhadores não assistidos pelo sistema previdenciário foi destacada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor de emenda nesse sentido incorporada à proposta paralela.

– São cerca de 40 milhões de brasileiros que atualmente estão fora de qualquer benefício da Previdência Social – comentou.

Pedro Simon também comemorou a adoção, pela reforma tributária, de emenda de sua iniciativa que garante à metade sul e à região noroeste do seu estado o direito de receberem recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento Regional.

– Foi uma conquista histórica para o Rio Grande do Sul. Agora, temos a garantia constitucional de destinação de recursos específicos para desenvolver essas regiões, criando emprego e renda – afirmou o senador.



Roosevelt Pinheiro



Célio Azevedo

Avalanche de processos no Supremo

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a emenda paralela representou a “salvação do governo”. Não fosse essa proposta para abrandar os efeitos da reforma original da Previdência Social, “difícilmente o Senado acolheria em primeiro turno a reforma tributária”, afirmou.

ALVARO DIAS

– A aprovação da reforma tributária, portanto, foi uma verdadeira obra de engenharia política – avaliou.

Alvaro Dias previu que o Supremo Tribunal Federal (STF) receberá uma avalanche de ações contrárias às normas estabelecidas na reforma da Previdência (PEC 67/03), que qualificou de “nociva”. Para o senador, “essa será a oportunidade para a nação saber se existem ou não os chamados direitos adquiridos”.

O parlamentar advertiu que as alterações contidas na reforma vão desestimular os funcionários públicos e terão reflexos negativos na qualidade dos serviços oferecidos e no andamento da máquina administrativa. Ele também condenou a taxaço dos inativos.

PAULO PAIM

Proposta precisa ser aprovada logo

O senador Paulo Paim (PT-RS) apelou ao Senado para que aprove logo a emenda paralela, por “representar um avanço” em relação ao texto principal da reforma da Previdência, que teve aprovação final na última quinta-feira.

– O momento é de unir forças. Vamos entregar ao presidente da Câmara, deputado João Paulo, a PEC 77 e pedir a aprovação rápida da proposta. Nós vamos aprová-la, porque o caminho que resta é esse –



Célio Azevedo

acrescentou o senador.

Paim disse que só depende do governo a aprovação imediata da proposta pelos deputados, já que a maioria governista na Câmara é mais folgada do que no Senado.

– Na Câmara, a responsabilidade é do governo, também. Se o governo cumprir o acordo feito com todos os partidos, ela será aprovada.

Roosevelt Pinheiro



Atendimento a reivindicação dos servidores

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou que, durante encontro com funcionários públicos gaúchos, a bancada do estado se comprometeu a corrigir “injustiças” do texto

SÉRGIO ZAMBIASI

principal da reforma previdenciária para com a categoria. O parlamentar informou que, no encontro, ele e os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Paulo Paim (PT-RS) asseguraram que negociariam com o governo federal para proteger os direitos adquiridos dos funcionários.

Na opinião de Zambiasi, a PEC paralela representa a garantia de que as “distorções” do texto original da reforma, aprovada na última quinta-feira, serão corrigidas. Entre os pontos que “angustiam” os funcionários, o parlamentar citou o subteto nos estados, a paridade e integralidade dos salários, e as regras de transição para a aposentadoria.

REFORMAS O presidente do Senado, José Sarney, deverá determinar a prorrogação dos trabalhos do Congresso Nacional. Semana será de votações e debates, incluindo a tramitação de novas matérias no Senado

Mão Santa condena pressão sobre Heloísa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o PT por estar pretendendo expulsar de suas fileiras a senadora Heloísa Helena (AL). Ele opinou que a senadora

vem sendo crucificada e torturada psicologicamente por integrantes do seu partido.

Na avaliação do senador, a senadora não pode ser expulsa do PT por assumir uma posição contrária à reforma da Previdência proposta pelo governo. Mão Santa comparou que, se o exemplo fosse seguido pelos outros partidos, ele próprio e o senador José Sarney (PMDB-AP) teriam que ser excluídos do PMDB por terem votado em Luiz Inácio Lula da Silva, contrariando a orientação do partido de eleger o candidato José Serra.

Mão Santa defende Heloísa Helena no PT

Senador quer paridade em fundo de pensão

Durante a discussão da Proposta de Emenda à Constituição 77/03, a chamada PEC paralela da reforma da Previdência, na sexta-feira, o senador João Capiberibe (PSB-AP) destacou a importância de emenda apresentada por ele à PEC original da reforma e que foi incluída na paralela. A emenda prevê o controle paritário do fundo de aposentadoria dos funcionários públicos.

O senador afirmou que esse tipo de controle já devia estar previsto na proposta original de reforma, já aprovada, mas o governo previu o controle apenas pelo empregador, ou seja, por diversas instâncias do próprio governo. "Com a emenda, será possível aos empregados ter acesso a informações dos fundos de previdência", disse.

Embora o Plenário tenha aprovado um calendário para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 77/03) que trata dos aspectos da reforma da Previdência não previstos na proposta do governo aprovada na quinta-feira (PEC 67/03), ainda não foi determinada oficialmente a prorrogação dos trabalhos do Congresso além do dia 15, quando se encerra o ano legislativo. O presidente do Senado, José Sarney, deverá determinar a continuidade das atividades legislativas durante a sessão desta segunda-feira.

O calendário – que se estende até o dia 18 – foi sugerido pelos líderes Tião Viana (bloco de sustentação ao governo: PT,

Para Jucá, tributária pode ser promulgada este ano

O relator da proposta de emenda à Constituição (PEC 74/03) que institui a reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), previu, em entrevista coletiva, que a promulgação da matéria pelo Congresso Nacional deverá ocorrer até o dia 23 de dezembro. Ele fez um balanço da aprovação da emenda, em primeiro turno, na noite da quinta-feira passada e contou que recebeu telefonemas de parabenização dos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Casa Civil, José Dirceu.

– Foi uma grande vitória do Congresso e do Senado, que em um trabalho de construção e de entendimento conseguiu aprovar uma reforma melhor do que a aprovada pela Câmara e que tem começo, meio e fim e fará a justiça tributária – avaliou Jucá.

A reforma será implementada em três fases, entre os anos de 2004 e 2007. A primeira delas prorroga e garante, por quatro anos, os recursos necessários ao ajuste fiscal, provenientes da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Na segunda fase, a ser implementada a partir de 2005, acontecerá a unificação das

Congresso deve prorrogar as atividades para votar emendas



VOTAÇÃO Renan Calheiros foi um dos líderes que definiu o calendário da emenda paralela

PSB, PTB e PL); Renan Calheiros (PMDB); Aloizio Mercadante (governo); Efraim Morais (bloco da Minoria: PFL e PSDB); Fernando Bezerra (PTB); e Magno Malta (PL). Ele determina que o

quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC 77 (também chamada PEC paralela) será neste sábado. Na segunda-feira haverá o quinto dia de discussão, quando a PEC já poderá ser votada.

Os três dias de discussão da matéria em segundo turno estão programados para ocorrerem de terça a quinta-feira, mas dependem ainda da prorrogação dos trabalhos. A votação seria feita na própria quinta – mesmo dia em que seria votada a PEC da reforma tributária.

Esses prazos, no entanto, esbarram no que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal, que, em seu artigo 362, determina cinco dias úteis

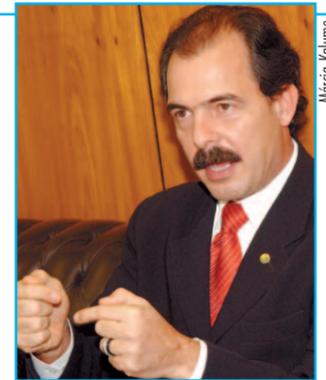
de interstício entre o primeiro e o segundo turnos de votação. O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), defende o cumprimento dos prazos regimentais e, por isso, não assinou o calendário sugerido pelos líderes. Para ele, nem a unanimidade dos líderes, mesmo que apoiada por todos os senadores, teria força para descumprir o Regimento.

O líder do PFL, José Agripino (RN), ressalta ainda que o Senado deverá receber, já na próxima semana, a Medida Provisória (MP) 135, que trata da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Segundo ele, a votação da MP poderá atrasar a tramitação da PEC 77.

Mercadante: paralela será votada dia 18

O Senado vota na próxima quinta-feira, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 74) da reforma tributária e a PEC 77, (paralela), com regras que atenuam os efeitos da reforma da Previdência. A informação foi dada na sexta-feira pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), antes de começar uma reunião com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o relator da reforma tributária, Romero Jucá (PMDB-RR).

Na semana que vem, em datas ainda a serem marcadas, o Senado votará o projeto que permite a dedução do Imposto de Renda Pessoa Física dos gastos com educação; o proje-



ANÚNCIO Mercadante diz que a reforma tributária será apreciada no mesmo dia

to com normas de proteção da Mata Atlântica e a medida provisória com as mudanças na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Mercadante ressaltou que as contribuições como PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e a Cofins serão unificadas.

Íntegra da emenda que modifica a Previdência está na Internet

O Senado já disponibilizou em seu *site* o texto final da reforma da Previdência, aprovada em segundo turno na última quinta-feira. A emenda constitucional será promulgada em breve pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, sendo publicada no *Diário do Congresso*. Veja o texto completo no endereço:

<http://www.senado.gov.br/web/relatorios/destaques/PEC67final2003067rf.pdf>

Delcídio: 2004 deve ser o ano da infra-estrutura



Delcídio enaltece novo modelo para o setor elétrico

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que 2004 será dedicado à infra-estrutura, porque não pode haver desenvolvimento econômico sem um cuidado especial em relação aos setores de energia, transportes e telecomunicações.

Segundo ele, a recente definição do modelo para o setor elétrico feita pelo governo será o marco regulatório de todo o processo.

Delcídio reconheceu que 2003 foi um ano difícil, de medidas duras para controlar o processo inflacionário, manter o dólar estável e resgatar a credibilidade internacional do país. Também foi necessário aprovar reformas impopulares, como a da Previdência e a tributária, na sua opinião indispensáveis para garantir um futuro melhor para as próximas gerações. De acordo com o senador, investimentos em infra-estrutura são fundamentais para a retomada do processo de crescimento econômico.

Para Delcídio, é indispensável a adoção de uma política inovadora que possa garantir suprimento abundante de energia elétrica e petróleo, sem o qual não será possível atrair investimentos estrangeiros para promover o crescimento econômico.

– Aqui, o desafio é redefinir o papel das agências reguladoras, porque será o desenho para energia elétrica, telecomunicações e petróleo que sinalizará como o governo tratará a economia brasileira – observou ele.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o governo precisa manter acesas as chamas da esperança e do entusiasmo.

César Borges pede mais verbas para saneamento

■ Senador ressalta que os recursos previstos no Orçamento não são suficientes para sanar o déficit do país

Fotos: Célio Azevedo



PREJUÍZOS Falta de redes de esgoto aumenta gasto com saúde, alerta César Borges

O senador César Borges (PFL-BA) conclamou o governo federal a rever as previsões de investimentos no setor de saneamento. Segundo o senador, 20 milhões de domicílios no país aguardam rede de esgotos, mas a previsão de recursos para o Ministério das Cidades, no projeto de Orçamento de 2004, é de apenas R\$ 113 milhões.

– É preciso rediscutir esse superávit fiscal draconiano, que reduz investimentos e prejudica o crescimento do país. Não podemos ficar, eternamente,

esperando o amanhã – disse.

O senador citou dados do Ministério da Saúde, demonstrando que 70% a 80% das internações hospitalares no Brasil são decorrentes de doenças transmitidas por água con-

taminada. Ele lembrou que, para cada R\$ 1 aplicado em saneamento básico, cerca de R\$ 4 ou R\$ 5 são economizados em ações de saúde.

César Borges afirmou que o saneamento representa uma das maiores carências da população brasileira. O censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observou ele, revelou que 23% dos domicílios brasileiros não contam com abastecimento de água por redes públicas.

Segundo o parlamentar, em relação ao esgotamento sanitário, a situação é pior: apenas 47,2% das residências estão ligadas às redes coletoras, e no máximo 20% do total coletado é tratado. O restante, registrou, é despejado *in natura* nos rios e lagos do país, afetando a saúde da população.

Alberto Silva cobra recuperação das rodovias

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) pediu na sexta-feira, em Plenário, que o governo federal se empenhe em restaurar os 32 mil quilômetros de estradas brasileiras. Ele defendeu também a retomada do uso do trem para transporte de cargas e de passageiros no país.

– Demos nossa contribuição ao governo, aprovamos todas as propostas consideradas essenciais. Agora, será que o governo não precisa se debruçar diante desse problema do transporte, que é dos mais graves? – questionou Alberto Silva.

Em relação às rodovias, o senador afirmou que já é momento de se mudar a política do último governo. Ele apresentou em seu discurso a proposta de se consertarem todas as estradas de uma vez.

– Tapar buraco é história do governo passado. É uma vergonha nacional. Depois que o asfalto envelhece tem que pôr

outro no lugar. Está na hora de tomarmos uma medida séria – afirmou.

Alberto Silva lembrou que na Europa e nos Estados Unidos, o transporte de cargas é feito basicamente por trem. No Brasil, ressaltou, esse serviço é feito por 1,8 mil carretas, que chegam a pesar 50 toneladas, têm três eixos e chegam a arrancar pedaços do asfalto.

O senador acredita ser possível reparar todas as estradas brasileiras em 36 meses, ao ritmo de 11 mil quilômetros por ano. Isso colocaria em funcionamento 120 empresas de engenharia que estão paradas. "Grandes empresas brasileiras estão procurando trabalho no exterior", afirmou.

Para fazer toda a renovação da malha viária nacional, o parlamentar calcula que seria necessário R\$ 1,6 bilhão e sugeriu que, para isso, fossem usados recursos da Contribuição



IMPROVISO Para Alberto Silva, a política de tapar buracos é "uma vergonha nacional"

de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Alberto Silva disse que o investimento garantiria estradas em bom estado por 20 anos.

Alberto Silva destacou que o prejuízo devido à má conservação das estradas chega a R\$ 7 bilhões, só no consumo de óleo diesel. "Os caminhões consomem 39% a mais em estradas esburacadas", informou.

Mozarildo elogia ação do governo em RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) expressou sua satisfação na sexta-feira, em Plenário, com a atenção que o governo Lula vem dando à questão fundiária em Roraima. Ele informou que



Questão fundiária pode ter solução, ressalta Mozarildo

o problema se arrasta há muitos anos, mas que agora o Executivo está buscando soluções e prometeu entregar um projeto até o dia 30 de janeiro.

Mozarildo disse que, na semana passada, a bancada de Roraima – formada por três senadores e oito deputados – teve reunião de quatro horas com o grupo de trabalho interministerial formado para discutir a questão. "O grupo está coletando informações para apresentar ao presidente sugestões para resolver o problema fundiário de Roraima", relatou.

Mozarildo espera que seja regularizada a situação das terras em Roraima. O estado, segundo o senador, não tem direito efetivo sobre o seu território.

Pavan cobra mudança em aeroporto de SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) solicitou na sexta-feira ao governo federal, em Plenário, a imediata internacionalização do aeroporto de Navegantes, em Santa Catarina. Ele informou que a província irá incrementar o turismo em toda a região e facilitar o acesso a turistas estrangeiros que visitam, todos os anos, o litoral catarinense.

Para Pavan, a internacionalização do aeroporto é plenamente justificável, porque ele se encontra a poucos quilômetros de Camboriú, o maior balneário do estado e que recebe a cada verão, conforme observou, cerca de 1,8 milhão de turistas, muitos do exterior.

O senador informou que órgãos ligados ao sistema de aviação civil já se posicionaram favoravelmente à medida. Pavan também solicitou a conclusão da duplicação da rodovia BR-101, que corta o estado de Santa Catarina.

João Ribeiro defende o Estatuto do Garimpeiro

O senador João Ribeiro (PFL-TO) pediu à Câmara dos Deputados que apresse o exame do projeto apresentado pelo então senador João França que institui o Estatuto do Garimpeiro. O parlamentar informou que a matéria, já aprovada no Senado, foi acolhida por unanimidade pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Públi-

co nos termos do substitutivo do deputado Paulo Rocha, e pela de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara.

O senador lembrou que o Estatuto do Garimpeiro, organizado em nove capítulos, trata da identificação profissional, estipula condições de trabalho e medidas de segurança e higiene no desempenho da atividade. A legislação também trata

da defesa e da saúde do profissional, normatiza as cooperativas de garimpeiros e cuida de questões relacionadas ao meio ambiente.

O estatuto cria a carteira profissional do garimpeiro, a ser expedida pelo sindicato da classe, e estipula o piso de remuneração da categoria em um salário mínimo. Se a matéria for aprovada, o garimpeiro terá direito a abrigo e alimentação com-

patíveis com a atividade. A legislação estabelece, ainda, a data de 21 de julho como Dia Nacional do Garimpeiro.

– É uma providência que requer apoio das lideranças e das bancadas de estados que concentram a atividade extrativista, para que o heróico trabalho do garimpeiro seja formalmente reconhecido no país – afirmou João Ribeiro.

Sarney participa de encontro na Argentina

O presidente do Senado, José Sarney, participou na última sexta-feira, em Buenos Aires, de evento comemorativo da redemocratização da América Latina, que discutiu os novos caminhos em busca do desenvolvimento auto-sustentado e do fortalecimento da cidadania.

Promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, o encontro pretendeu facilitar a troca de idéias entre países que sofreram com ditaduras no continente, e que ainda hoje partilham de velhos problemas, como os altos índices de desemprego, de criminalidade e de pobreza.

Professores e estudantes, políti-

cos, líderes trabalhistas e empresariais convidados para a reunião, segundo os organizadores, puderam ouvir quatro líderes políticos que tiveram participação decisiva no processo de redemocratização de seus países: José Sarney, do Brasil; Raul Alfonsín, da Argentina; Julio María Sanguinetti, do Uruguai; e Patricio Aylwin, do Chile; todos ex-

presidentes. Eles tiveram uma rara experiência em comum: foram os primeiros presidentes civis após o fim das ditaduras militares em seus países.

Além de discutir a democracia no continente latino-americano, o ato acadêmico marcou também as comemorações dos 20 anos da redemocratização da Argentina.



Roosevelt Pinheiro

DEBATE Sarney discutiu os rumos da democracia no continente latino-americano



Célio Azevedo

MEDIDAS Juvêncio da Fonseca quer uma solução para o excesso de recursos judiciais

Juvêncio: é hora de discutir o Judiciário

No momento em que o Congresso encerra as votações das reformas previdenciária e tributária, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) pediu aos congressistas e ao governo federal que seja dada prioridade à reforma do Poder Judiciário, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A reforma, declarou na sexta-feira, é fundamental para dar celeridade à Justiça e, para isso, o senador recomenda como primeira medida a redução de recursos por meio de alteração dos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal.

– Precisamos de soluções para a demora insuportável das decisões judiciais. Não é de apoio material que o Judiciário precisa. São os recursos que fazem com que o cidadão se desespere quando procura a Justiça – afirmou o senador.

Para ilustrar seu discurso, Juvêncio apresentou uma tramitação hipotética de ação em um Tribunal de Justiça (segunda instância) e chegou a uma lista de 20 procedimentos recursais. O senador registrou que o governo instalou uma secretaria especial para acompanhar a reforma do Judiciário, e que a magistratura está ansiosa pelas mudanças na Justiça.

Eduardo Suplicy festeja aprovação de renda básica

Projeto de sua autoria, que institui uma renda para cada cidadão, foi aprovado na Câmara e agora vai à sanção

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) previu na sexta-feira, em Plenário, que até 2010 todos os brasileiros, independentemente da situação socioeconômica, receberão uma renda monetária suficiente para atender às suas necessidades. A proposta tem a finalidade de erradicar a pobreza no país.

Ele afirmou que o projeto de sua autoria que cria a Renda Básica de Cidadania no Brasil será implantado a partir de 2005 e, na primeira etapa, atenderá às camadas da população mais necessitadas. Já aprovada



Célio Azevedo

DATA Benefício será implantado a partir de 2005 para atender aos mais pobres, diz Suplicy

pelo Senado, a matéria foi acolhida em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara e vai à sanção presidencial nesta segunda-feira.

Suplicy fez esses comentários

ao ler carta de sua autoria endereçada ao economista Celso Furtado, detalhando todo o projeto. E observou que a renda básica é plenamente compatível com a proposta de reforma tributária.

Na carta, o senador informa ao economista que o Brasil é o primeiro país no mundo em que o Legislativo aprova um projeto de lei que institui renda básica como um direito à cidadania de todos os seus habitantes.

Suplicy disse que enviou ao presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, trabalho sobre o projeto, bem como o teor da palestra que fez para representantes de 27 entidades da sociedade civil daquele país, que formaram a coalizão pela instituição de uma renda básica de cidadania.

Paim defende salário mínimo de R\$ 308

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou na sexta-feira, em Plenário, a aprovação por unanimidade de parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a projeto de lei de sua autoria que reajusta o salário mínimo de acordo com a inflação medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), com acréscimo de R\$ 0,20 por hora trabalhada a cada mês. Uma vez colocado em prática, observou o senador, o projeto garantiria um salário mínimo de R\$ 308 em 2004.

– Esse é um projeto que perigo desde os tempos de Câmara – afirmou Paim, que espera ver sua proposta aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e votada pela Câmara



Célio Azevedo

MUDANÇA Projeto de Paulo Paim, aprovado na CAS, muda o cálculo do mínimo

antes do próximo reajuste do salário mínimo, em 1º de maio.

Nessa data, disse Paim, o mínimo atual, de R\$ 240, será reajustado pela inflação medida pelo IGP-DI, que ele estimou em 10%. Dessa forma, continuou, haverá um reajuste de R\$

24. De acordo com o projeto, esse valor seria acrescido de R\$ 0,20 por hora trabalhada em um mês. Como a jornada do trabalhador brasileiro é de 44 horas por semana, Paim calculou o acréscimo pela multiplicação de 220 horas trabalhadas por R\$ 0,20. Os R\$ 44 obtidos, acrescidos ao reajuste de R\$ 24 pelo IGP-DI, elevariam o valor do salário mínimo para R\$ 308.

– Como o dólar está a R\$ 2,90, estaríamos ultrapassando a barreira dos US\$ 100 e contemplando milhões de brasileiros – disse o senador.

Ele esclareceu ainda que o projeto garante aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo, o que significaria paridade entre o trabalhador da ativa e os inativos.

Balanço do ano é preocupante, diz Duciomar

Ao fazer uma avaliação do ano que se encerra, o senador Duciomar Costa (PTB-PA) afirmou estar preocupado com a distância entre o prometido à sociedade nas eleições passadas e o que foi efetivamente realizado pelos que se elegeram.

– Será que estamos cumprindo com nossa obrigação? – questionou ele, dizendo ser necessário dar, imediatamente, respostas para um povo que se encheu de esperanças no momento em que foi às urnas.

O parlamentar manifestou sua crença na determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em resolver os problemas do país, mas ressaltou que a pressão mais urgente no momento é pela geração de empregos e pelo fim das desigualdades. Em sua opinião, é o que o povo brasileiro espera, e por isso foi em massa às urnas.

Referindo-se à situação do Pará, que tem perfil estrativista, Duciomar frisou que o estado contribui com mais de US\$ 2 bilhões para a balança comercial brasileira, exportando anualmente US\$ 2,4 bilhões e importando apenas US\$ 300 milhões. Ele disse que esperava que a reforma tributária fizesse justiça fiscal em todos os estados, sem privilegiar algumas unidades da Federação.



Gerardo Magela

ELEIÇÃO Para Duciomar Costa, é preciso cumprir o que foi prometido à população em 2002

Senadores querem alterar a lei

Tramitam no Senado vários projetos para modificar o Código de Defesa do Consumidor ou melhorar as relações de consumo. Entre eles, está o do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que propõe que os cadastros de dados de consumidores devem ser impedidos de conter informações negativas referentes a período superior a dois anos (PLS 243/03). O senador também é o autor do projeto que prevê a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato (PLS 248/03). O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto para estabelecer multa de 2% do valor contratado para o fornecedor de produtos e serviços que não cumprir o prazo previsto para a entrega (PLS 271/03). As propostas aguardam análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As empresas de telefonia deverão oferecer instalação de aparelho para registrar ligações e medidor de pulsos telefônicos dos aparelhos fixo e móvel, caso seja aprovado projeto do então senador Arlindo Porto (PTB-MG). Pela proposta (PLS 39/02), o assinante poderá controlar a utilização do serviço e conferir as contas telefônicas. A matéria aguarda exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Em defesa do consumidor

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – em alguns estados foram criadas as Comissões de Defesa do Consumidor, que auxiliam o cidadão. No site www.oab.com.br estão disponíveis os telefones de todas as seccionais da entidade.

Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) – recebe denúncias contra propagandas ofensivas ou enganosas. Tel.: (11) 3284-8880 www.conar.org.br

Associação Nacional dos Mutuários – defende e orienta os mutuários da habitação quanto às regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Tel.: (41) 224-7706 www.mutuário.com.br

Associação Pro Teste – realiza teste de produtos e fornece informações. Tel.: (21) 4502-2828 www.proteste.org.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) – defende os consumidores associados ao órgão, realiza testes de produtos e fornece informações. Tel.: (11) 3874-2152 www.idec.org.br

Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador – Tel.: (21) 2723-6688 www.abradecont.org.br

Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, da Vida e dos Direitos Cívicos (ADCON) – Tel.: (21) 2568-6087 www.adcon.org.br

Associação Nacional de Assistência ao Consumidor e Trabalhador (Anacont) – Tel.: (21) 2524-6690 www.anacont.org.br

CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 15 – Jornal do Senado – Brasília, 13 a 15 de dezembro de 2003

Consumidores devem exigir seus direitos

Os consumidores brasileiros contam com um poderoso instrumento na defesa dos seus direitos. É o Código de Defesa do Consumidor (CDC), instituído pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Com ele, todas as relações de consumo, desde a qualidade de produtos e serviços e a segurança dos consumidores, até a adoção de políticas públicas e reparação de danos, incluindo penalidades para seu

descumprimento, estão regulamentadas.

Para não ser lesado ao comprar um produto ou contratar um serviço, o consumidor deve se informar sobre suas garantias. Por essa razão, nesta última edição de 2003, o Especial Cidadania informa quais são os órgãos e instituições que podem ser procurados pelo consumidor, os projetos em tramitação no Senado sobre o assunto e ainda dicas para

comprar bem e evitar problemas, principalmente com a chegada das festas de fim de ano.

Em janeiro de 2004, o Especial retorna suas edições semanais com mais informações para o exercício da cidadania. Para dar sugestões ou fazer reclamações, o leitor pode utilizar o serviço A Voz do Cidadão pelo telefone 0800 612211 ou enviar mensagem por e-mail para: jornal@senado.gov.br.

José Cruz



Roque de Sá



Waldemir Rodrigues



LEGISLAÇÃO Código de Defesa do Consumidor (CDC) regulamenta todas as relações de consumo

Atenção nas compras evita dificuldade

✓ Informe-se sobre a credibilidade dos fornecedores e prestadores de serviço. O CDC determina que os órgãos públicos de defesa do consumidor tenham uma listagem, para consulta pública, de fornecedores reclamados.

✓ Exija orçamento por escrito, com a forma de pagamento, o tempo de execução do trabalho, o tipo de material usado e detalhes do que será feito. O orçamento tem validade de dez dias, a partir da data de recebimento.

✓ Não faça acordos verbais. Inclua no contrato tudo o que for acordado.

✓ Exija sempre a nota fiscal, recibos e o termo de garantia. E guarde-os.

✓ Ao reclamar, faça-o por escrito e guarde uma cópia.

✓ Informe-se sobre exigências para cancelamento ou rescisão,

antes de fechar contrato. O cancelamento de assinaturas ou serviços deve ser feito por escrito para que tenha validade legal.

✓ Não pague pelo serviço antes da execução ou da entrega do produto. Dê uma entrada e pague o restante depois.

✓ Todos os produtos ou serviços devem apresentar informações claras e completas, em português, com as características do produto, ingredientes utilizados, preço, prazo de validade, nome e endereço do fabricante, e eventuais riscos que possam oferecer à saúde e segurança do consumidor. Não compre se a embalagem estiver danificada.

✓ O consumidor não é obrigado a fazer compras "casadas", como, por exemplo, comprar mais de um produto quando apenas um é necessário. Cuidado, mudança na embalagem

pode trazer mudança no peso.

✓ Compras pela Internet, pelos Correios ou pelo telefone, estão sujeitas às regras do CDC. O comprador tem sete dias para devolver o produto, sem ônus. Guarde a propaganda do serviço, verifique se há endereço e telefone do fornecedor e imprima passo a passo toda a transação feita pela Internet. Dê preferência para o pagamento via boleto bancário, em vez de cartão de crédito.

✓ O cobrador não pode expor o devedor ao ridículo, como, por exemplo, fazer cobranças no local de trabalho. O Procon auxilia na renegociação das dívidas.

✓ O prazo para você reclamar por problema em produtos ou serviços é de 30 dias para bens não duráveis, como alimentos, por exemplo, e de 90 dias para produto ou serviço durável, como é o caso dos eletrodomésticos.

Problema com produto ou serviço? Veja a quem recorrer

Procon – órgãos estaduais e municipais orientam e defendem os consumidores e fornecem a listagem dos reclamados para consulta pública. Veja lista com todos os órgãos no site www.portaldconsumidor.gov.br

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – coordena a política nacional de defesa do consumidor e recebe reclamações. Tel.: (61) 429-3942 www.mj.gov.br/dpdc

Departamento de Aviação Civil (DAC) – reclamações e sugestões de usuários do transporte aéreo. Cada aeroporto possui um www.dac.gov.br

Delegacia do Consumidor (Decon) – denúncias de crimes contra o consumidor, como, por exemplo, a venda de produtos estragados. A queixa pode ser formulada em qualquer delegacia.

Ministério Público (MP) – situações que prejudiquem vários consumidores, como prestação de serviços públicos, podem ser resolvidas no MP. Muitos estados dispõem de Promotoria de Defesa do Consumidor.

Juizado Especial Civil e Criminal – resolve questões judiciais que envolvam até 40 salários mínimos. Até 20 salários mínimos não é necessário um advogado. Problemas com a União são resolvidos nos Juizados Especiais Federais Cíveis.

Ministério dos Transportes – sugestões e reclamações sobre as empresas de transporte rodoviário de passageiros. Tel.: 0800-61-0300 www.transportes.gov.br

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – interfere nos problemas não resolvidos pelas concessionárias. Tel.: 0800-612010 www.aneel.gov.br

Agência Nacional do Petróleo (ANP) – denúncias contra postos de combustível e revendedoras de gás e pesquisa de preços. Tel.: 0800-900267 www.anp.gov.br

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – se o problema não for resolvido junto à operadora de telefonia, procure a Anatel. Tel.: 0800-332001 www.anatel.gov.br

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – informações e reclamações sobre planos de saúde. Tel.: 0800-7019656 www.ans.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – a Ouvidoria recebe, por telefone e por e-mail, denúncias e queixas. Tel.: (61) 448-1235 www.anvisa.gov.br/ouvidoria/

Banco Central – orienta e recebe reclamações de instituições financeiras. Tel.: 0800-992345 E-mail cap.secre@bcb.gov.br

Inmetro – sobre laboratórios de calibração, ensaios, organismos de certificação e de inspeção. Tel.: 0300-7891818 www.inmetro.gov.br

Conselhos profissionais – procure os conselhos federais de cada profissão ou os sindicatos para fazer denúncias e verificar o registro do profissional.

Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados – não recebe denúncias, mas examina projetos em tramitação e promove os direitos dos consumidores junto aos órgãos do governo e a sociedade. Tel.: (61) 318-6929 www.camara.gov.br